

Aprovados empréstimos para investimentos em saúde

Não será por falta de dinheiro em caixa, como alegou o Governo do Estado, que os programas de investimento na área de saúde não serão executados. Refutando as alegações dos secretários de Fazenda e Planejamento do Rio, de que a União não aprovará ainda as operações de crédito do orçamento, a Diretoria da Área Externa do Banco Central confirmou ontem, em Brasília, que desde 1º de julho está aprovado um empréstimo de US\$ 144 milhões para o Estado. Em junho já havia sido aprovada outra operação de US\$ 18,4 milhões, totalizando cerca de Cr\$ 1,3 trilhão.

Contabilmente, as verbas se destinam à capitalização do Banerj e BD-Rio, mas se integram no orçamento do Estado na rubrica "Operações de Crédito", que é uma das fontes de receita do orçamento. O Secretário de Planejamento, Fernando Lopes, alegara anteontem que a verba de investimentos — Cr\$ 1,75 trilhão para 1985 — estava associada a uma "expectativa de empréstimo". A liberação do dinheiro só depende agora da aprovação do Senado.

Além desse dinheiro, o Estado conta com 30 milhões de Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Rio de Janeiro — ORTRJs —, como admitiu o Secretário de Planejamento, num montante de mais Cr\$ 1,38 trilhão. Existem ainda Cr\$ 280 bilhões em Letras, emitidas no início do ano. O total atinge os Cr\$ 2,97 trilhões de operações de crédito previstas no orçamento. Entretanto, o Governo terá ainda o reforço de Cr\$ 300 bilhões, que deverá ser o excedente da arrecadação prevista este ano no Estado, menor contudo do que a de 1984, que atingiu Cr\$ 600 bilhões. Fontes do gabinete do Governador Leonel Brizola garantem que o orçamento deste

ano atingirá mais de Cr\$ 10 trilhões, contra os Cr\$ 9,6 trilhões previstos.

Em sua edição de quarta-feira, 17 de julho, o GLOBO denunciou a existência de recursos, em torno de Cr\$ 1,75 trilhões, para investimentos no Estado este ano. Com uma pequena parte dessa verba, poderia ser atendido o programa de recuperação dos hospitais, calculado em apenas Cr\$ 50 bilhões pelo Secretário Eduardo Costa. O Governador Brizola, em Brasília, negou a existência do dinheiro.

Anteontem, o Governador voltou a insistir na versão de que a verba não existia, classificando a informação do jornal de "uma grande barriga". Os Secretários de Fazenda e Planejamento, contudo, confirmaram a verba, mas alegaram que não poderia ser cumprido o orçamento por falta de dinheiro, já que tais recursos dependiam de Cr\$ 2,79 trilhões em operações de crédito, que possivelmente não iam ser feitas. O Secretário de Fazenda, César Maia, chegou a admitir até uma queda na arrecadação este ano, mesmo sabendo que até junho ela havia excedido em Cr\$ 72 bilhões o previsto.

Na verdade, o Governador Leonel Brizola e seus secretários, segundo fontes do Banco Central, em Brasília, já sabiam da autorização do empréstimo de US\$ 18,4 milhões, desde junho, e do restante, desde o dia 1º de julho, quando o processo foi remetido para o Senado, para aprovação final. Na entrevista que o Secretário do Planejamento, Fernando Lopes, concedeu anteontem à noite, em seu gabinete, ele confirmou a disponibilidade de recursos através de 30 milhões de ORTNs, mas acrescentou que o dinheiro não seria suficiente, pois o orçamento havia sido elaborado na expectativa de novos empréstimos.

Símbolo de desprezo

O ORÇAMENTO do Estado do Rio de Janeiro, na parte dedicada aos investimentos da área de saúde, contempla apenas um projeto — "modernização e expansão do Instituto Vital Brazil" — com uma verba irrisória: Cr\$ 1 milhão.

É CERTAMENTE uma verba simbólica, pois o próprio diretor do Instituto esclarece que precisaria de uma verba de 3 bilhões (três mil vezes mais) para modernizá-lo e expandi-lo.

OS TRÊS salários mínimos dedicados pelo Governo do Estado aos investimentos no setor são o símbolo do desprezo da atual administração pela saúde pública.

1

Secretário culpa o Governo federal

Tudo que está faltando nos hospitais do Rio é responsabilidade do Governo federal.

A acusação foi feita, ontem, pelo Secretário estadual de Saúde, Eduardo Costa, que alegou que o Inamps está devendo Cr\$ 40 bilhões ao Governo do Estado e Cr\$ 25 bilhões ao Município, relativos aos convênios assinados ano passado. Segundo Eduardo Costa, "este dinheiro viria para ajudar na manutenção e melhorar as condições dos hospitais que, pelo convênio, seriam mantidos em cogestão pelo Estado e o Governo federal".

A dotação orçamentária da Secretaria estadual de Saúde para 1985 é de Cr\$ 241 bilhões — Cr\$ 54 bilhões a menos do que sua proposta orçamentária. Eduardo Costa alega, porém, que essa verba não foi cortada:

— Esses Cr\$ 54 bilhões eram para projetos que foram aprovados, mas a verba passou ao controle da Secretaria de Planejamento.

Apenas pouco mais de 10 por cento dessa verba foram liberados até agora, mas a previsão do Secretário é de que, "no fim do ano, o nosso orçamento tenha chegado a Cr\$ 360 bilhões".

Paulo Henrique Melo, Assessor de Assuntos Especiais da Presidência do Inamps, confirmou a dívida em atraso do órgão para com as Secretarias estadual e municipal de Saúde — respectivamente Cr\$ 40 bilhões e Cr\$ 25 bilhões — mas observou que isso não impossibilita a aquisição de material para os hospitais:

— Uma vez que o Presidente do Inamps, Hélio Cordeiro, já se comprometeu a pagar o repasse dos recursos propostos pela Comissão Interinstitucional de Saúde do Rio de Janeiro, as duas Secretarias deveriam ter seus orçamentos ampliados até os limites conveniados.

A causa do atraso dos repasses, segundo o assessor, é o pequeno orçamento destinado ao Inamps para este ano:

— O reajuste em relação a 84 foi de apenas 140 por cento, insuficiente para o cumprimento do acordo feito (pelo qual o Inamps arca com 50 por cento dos gastos dos hospitais da rede estadual e municipal).

2

Brizola negociará após normalização

Após reunir-se por quase três horas com o Forum da Sociedade Civil — instituído para intermediar o impasse criado entre os grevistas e o Governo —, o Governador Leonel Brizola manteve sua posição de negociar somente após o restabelecimento da assistência médica, comprometendo-se a comparecer logo em seguida ao Sindicato dos Médicos para discutir as reivindicações com a categoria.

— Se a decisão for às seis da tarde, às oito horas estarei lá simbolicamente para mostrar o meu interesse em negociar — garantiu o Governador.

Ele, no entanto, lembrou que "negociar não significa o atendimento de tudo". Disse também que pretende negociar "normalmente e inteligentemente e com civilitude, como foi feito com todas as demais categorias de servidores". Para Brizola, negociar com civilidade é considerar o que já foi concedido, alcançar novas conquistas e avançar tanto no que se refere às questões de pessoal quanto aos dos serviços de saúde.

— Tudo dentro do desdobramento normal. Da outra vez, eles não entenderam que precisávamos de tempo para analisar as questões, que são complexas. Daí a três dias, paff, nova greve. Assim não dá. Pretendemos trabalhar em conjunto, como gente lúida que quer avançar — disse Brizola.

Depois de louvar a iniciativa da comissão intermediadora — formada por representantes da CUT, Conclat, OAB, ABI, Andes, Famerj e Faferj —, Brizola reafirmou que a intransigência não era do Governo, porque tem mantido uma posição de interesse público visando o atendimento médico à população. Disse também reconhecer o direito de reivindicar, mas assegurou que, para os profissionais de saúde, foram concedidas melhorias superiores às dadas aos demais servidores.

Os integrantes da comissão intermediadora saíram da reunião de ontem satisfeitos e acreditando na intenção do Governador de negociar após o fim da greve. O representante da Conclat, Francisco Dal Prá, observou, no entanto, que houve "erro tático" dos grevistas ao decidirem pela segunda etapa da greve.

3

Secretário: greve no Estado acabou

Nos hospitais da rede estadual a greve dos funcionários da área de saúde acabou. Ninguém está deixando de ser atendido nem na emergência nem nas consultas de ambulatório — garantiu ontem o Secretário estadual de Saúde, Eduardo Costa, admitindo contudo que alguns hospitais municipais continuam parados.

De acordo com o secretário, a situação atual é bem diferente daquela criada pela greve de 51 dias em maio e junho:

— Daquela vez o serviço foi paralisado e os hospitais chegaram a esvaziar. Agora estão cheios de pacientes.

Eduardo Costa acrescentou que só não pode dizer "que os hospitais estão funcionando normalmente porque a população não está procurando os serviços, já que a imprensa noticia que há greve".

O secretário não quis discutir uma possível negociação com os grevistas e acha que "tudo agora está muito difícil, já que o interesse principal é político". Mas garantiu que "a posição do Governo sempre foi de tentar melhorar a situação dos funcionários". Afirmou que se fossem atendidas as reivindicações do pessoal, como foram apresentadas, o aumento das despesas seria de 100 por cento e "a Secretaria não faria mais nada a não ser pagar seus funcionários".

Ontem à noite a Assessoria de Comunicação da Secretaria estadual de Saúde informou que dos hospitais da administração direta do Estado somente o Getúlio Vargas e os centros de saúde de São João, do Meriti e Vasco Barcelos estão em greve. O Hospital do Iaserj continua paralizado, mas não faz parte da administração direta.

Também à noite o Secretário Eduardo Costa informou que alguns médicos preferem informar simplesmente que a situação está normalizada em seus hospitais e que a greve acabou, porque temem retaliações do Conselho Regional de Medicina.

— O Conselho divulgou que está me processando e advertiu que atitudes contrárias à greve são passíveis de punição pelo Código de Ética. Tal atitude, além de intimidatória, fere o Código, onde é vedado ao Cremerj divulgar que algum filiado esteja sob processo — afirmou Eduardo Costa.